

CONSTITUINTE

Empresários dizem a Sarney que estabilidade leva à ruptura

ANC 88
Pasta 28 a 31
Julho/87
024

por Elaine Lerner de Brasília

Cumprimentos pelos bons resultados do Plano Bresser e apreensão pela inclusão da estabilidade no emprego e jornada semanal de 40 horas na Constituição foram os temas da audiência da União Brasileira de Empresários (UBE), ontem, com o presidente José Sarney. O presidente afirmou aos representantes da UBE sua contrariedade quanto ao estabelecimento da estabilidade do trabalhador brasileiro através da Constituição, segundo informou o ex-coordenador da entidade e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE).

Em documento entregue ao presidente, assinado por Franco e pelo coordenador da UBE e presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio Oliveira Santos, é ressaltado que a Nação "acompanha, entre perplexa e alarmada", uma possível ruptura nas relações de trabalho e capital. Para eles, que representam uma entidade formada por seis confederações empresariais (indústria, banco, comércio, associações comerciais, agricultura e transportes terrestres), o texto da Constituição apenas "traz os desejos de uma minoria, que, inexplicavelmente, se esforça em colo-

por Riomar Trindade do Rio

PFL apóia mudanças

O senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, manifestou ontem, no Rio, seu apoio ao projeto apresentado, na sexta-feira, à mesa da Assembleia Nacional Constituinte, pelo deputado Álvaro Valle (PL-RJ), que, se for aprovado em plenário, vai alterar o regimento interno, permitindo a apresentação de substitutos inteiros ao anteprojeto a ser elaborado pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização.

O atual regimento interno da Constituição prevê apenas a apresentação de emendas ao anteprojeto do relator.

Após reiterar suas críticas ao anteprojeto resultante do trabalho das comissões temáticas — "muito longo, com mais de 500 artigos e 2.200 preceitos constitucionais", disse —, Marcos Maciel afirmou que, se o anteprojeto do relator Bernardo Cabral "não corrigir as distorções", o PFL apresentará um "substituto alternativo". Isso, porém, só poderá ocorrer se o plenário da Constituição aprovar o pro-

leto de Álvaro Valle. E a apresentação de um substitutivo completo necessita colher, antes, um total de 200 assinaturas de constituintes.

Sallentando que "Constituição longa significa Constituição de vida curta", Maciel diz que o anteprojeto das comissões temáticas trata de "assuntos que não devem estar na Constituição, pois podem ser regulados por lei ordinária".

E, no seu entendimento, "Ordem Econômica", "colocou-se o econômico conflitando com o social".

car o Brasil na contramão da história".

Para eles, os próprios trabalhadores brasileiros estão tendo "a nítida visão desse processo e percebem que esses dispositivos são demagógicos e desnecessários".

Franco informou que o empresariado nacional está disposto a colocar maiores dificuldades nos casos de demissões, desde que os acordos sejam negociados. A UBE espera, inclusive, manter uma audiência com o ministro do Trabalho, Almir Pazlanot, sobre o assunto.

Em contrapartida, o documento de quatro laudas e meia informa que a socie-

dade brasileira recebeu, "com alentada esperança", o plano de controle macroeconômico. Explicaram que "os empresários privados abrem um crédito de confiança à administração econômica e aceitam o ônus e os percalços de um congelamento temporário de preços e a redução de suas margens de lucro, ao mesmo tempo que os trabalhadores brasileiros, pacificamente, estão aceitando o sacrifício do penoso processo de ajustamento".

Ao presidente, ressaltaram que o plano macroeconômico só terá êxito se realmente o governo cumprir sua parte quanto ao

corde de CZ\$ 60 bilhões no déficit público. Mostraram a Sarney, também, que existe um real aquecimento dos setores industrial e comercial, especialmente neste último. Oliveira Santos espera, inclusive, que o comércio termine o ano com um crescimento positivo de 5% sobre o ano passado.

Sobre a recente dilatação dos prazos para compra de automóveis (financiamentos pós-fixados), o presidente da CNC disse que a medida foi positiva, mas acha que o governo não deveria intervir. "O ideal é deixar os acertos entre comprador e vendedor", finalizou.

"A Nação está perplexa e alarmada"

Os principais trechos do documento da União Brasileira de Empresários (UBE) entregue, ontem, ao presidente José Sarney, são os seguintes:

• "A sociedade brasileira recebeu, com alentada esperança, o plano de controle macroeconômico, instrumento equilibrado e tecnicamente bem elaborado para alcançar as metas e objetivos a que se propõe (...)"

• "Os empresários privados, com o objetivo de confiança à administração econômica e aceitam o ônus e os percalços de um congelamento temporário de preços e redução de suas margens de lucro, ao mesmo tempo que os trabalhadores brasileiros, pacificamente, estão aceitando o sacrifício do penoso processo de ajustamento que nos

impôs a conjuntura internacional;

(...) Em que deposita fundadas esperanças de que a Assembleia Nacional Constituinte, ao elaborar o novo texto da Constituição do Brasil, assegure e preserve o melhor e o mais justo equilíbrio entre os sistemas político, social e econômico";

• "A nossa experiência histórica, assim como a de outros grandes países, nos ensina (...) que a iniciativa privada é a forma explícita da liberdade individual. A abertura política é sinônimo de abertura econômica";

• "Infelizmente, alguns pontos incorporados, precipitadamente, ao primeiro esboço de trabalho da Assembleia Constituinte, se afastam, perigosamente, desses princípios, e a Nação, acompanha, entre perplexa e alarmada, a pers-

pectiva de ruptura nas relações dos fatores de produção do trabalho e do capital de que são exemplos mais contundentes algumas questões dos direitos sociais, como estabilidade automática no emprego, redução da duração de trabalho e outros dispositivos que, longe de serem "engessados" no texto da Carta Magna, deveriam ser objeto de negociação livre, direta e coletiva entre trabalhadores e empresários ou, quando muito, matéria a ser regulada pela legislação ordinária";

• "Este texto não reflete os anseios de aperfeiçoamento da sociedade brasileira, e apenas traduz os desejos de uma minoria que, inexplicavelmente, se esforça em colocar o Brasil na contramão da História, a agressão ao setor econômico é uma falsa opção pe-

lo progresso e justiça social";

• "A estabilidade no emprego pode inviabilizar o progresso tecnológico da mesma forma que o instituto da estabilidade tende a imobilizar o trabalhador em uma empresa, inibindo-o de mudar de emprego e de buscar no mercado melhores oportunidades e melhor salário";

• "A proposta de estabilidade no emprego, inserida no capítulo dos direitos sociais do projeto da Constituição, da Comissão de Sistematização, constitui um verdadeiro retrocesso no campo das relações entre o capital e o trabalho";

• "As mesmas preocupações devem ser invocadas quando se trata da proposta de fixar no texto constitucional, de forma rígida e inflexível, a redução da duração semanal de trabalho";

No Sul, pressão sobre empregados

por Bell Copetti de Porto Alegre

As denúncias que circularam na semana passada na Assembleia Nacional Constituinte, de que empresários gaúchos estavam forçando seus empregados a assinarem lista de apoio à emenda contra a estabilidade no emprego foram confirmadas em parte pelo presidente do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), Luiz Carlos Mandelli, a este jornal. Ele disse que uma empresa do interior do estado (não quis

identificá-la) pressionou seus funcionários para assinarem a lista. "Chegou ao nosso conhecimento apenas um caso, e recomendamos que não adotem esta prática, para que não haja o menor constrangimento", disse Mandelli.

A acusação, informou a repórter Thaís Bastos, de Brasília, foi feita pelo vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Sapiranga (RS), Antônio Machado, e pelo constituinte Paulo Renato Paim (PT/RS). "Dezenas de trabalhadores alegaram, jun-

to ao sindicato, terem perdido o emprego ao se negarem a assinar a emenda", disse Machado. E Paim, que tem sido procurado pelos sindicalistas gaúchos, diz que a orientação dos sindicatos é para que os trabalhadores aleguem já ter assinado as três emendas populares que a lei permite.

O presidente da federação dos metalúrgicos, Valdomiro Horso, disse que os sindicatos de trabalhadores estão fazendo boletins e distribuindo panfletos nas portas das fábricas, solicitando aos operários que

não assinem a emenda.

"Temos que lhes dar o contraveneno, mas não podemos impedir que passem as listas", disse, confirmando que várias empresas estariam adotando esta prática. Também o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Móveis de Bento Gonçalves, Ivo Vailatti, denunciou a pressão dos empresários. "Os piores dias foram os que se seguiram à manifestação de Esteio", quando 5,7 mil empresários se reuniram e iniciaram a coleta das assinaturas (que segundo o CIERGS já passa de 30 mil).

Machado afirma que houve demissões, mas não se pode provar que foi este o motivo. E citou a Calçados Simpatia como uma das empresas que obrigou os funcionários a assinarem a lista.

"Passamos a lista principalmente a nível de administração, mas ninguém foi forçado", defendeu-se o diretor administrativo da empresa, Wilson Medeiros. Em Parobe, onde está situada a fábrica, foram conseguidas 700 assinaturas, diz Medeiros, mas há apenas 150 empresários. "E que muitos empregados assinaram, pois eles estão conscientes de que a estabilidade viria em prejuízo deles mesmos", afirma Medeiros. "Só não conseguimos mais porque muitos não sabiam o número do título eleitoral."

Romário Haas, diretor da Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil Ltda., de Santa Cruz do Sul, outra empresa denunciada pelos sindicalistas, confirma ter assinado a lista do CIERGS, mas negou que a tivesse passado entre seus quatrocentos empregados. "Somos contra a estabilidade e é só olhar o setor estatal, que não funciona, para saber por que; estabilidade traz prejuízo à Nação." Mandelli acrescenta que os sindicalistas têm interesse em dizer que há pressão, para minimizar o sucesso do empreendimento; "mas o empregado esclarecido sabe que é o sucesso da empresa que o protege".

Lula: "Sociedade não é composta só de operários"

Para o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Constituição, Luís Ignacio Lula da Silva, a futura Constituição brasileira deverá representar, na média, os anseios da sociedade brasileira, que, faz questão de frisar, não é só composta de operários. A média será obtida nas negociações, especificamente na questão da estabilidade no emprego, um dos temas mais polêmicos no âmbito do direito dos trabalhadores. Lula acredita ser possível "convencer" alguns setores de centro dos partidos para o aspecto do efeito multiplicador do emprego advindo de maior estabilidade.

Para ele negociação é a estratégia e faz as contas: "O PDT tem dezesses no Congresso. Juntos com a esquerda do PMDB e demais parlamentares dos partidos de esquerda devemos somar 100 a 120 pessoas. Portanto, se queremos sucesso em algumas idéias, o jeito é negociar, ou de que outra forma somar 250, a maioria na Constituição?" E o deputado faz uma analogia entre o Congresso Constituinte e um jogo de pelada: "Sempre tem o dono da bola, que, se de um lado pode interromper um jogo, por outro sozinho não joga futebol. A Constituição é uma elaboração conjunta e ali não há donos da bola".

Aeronáutica propõe debate sobre anistia

por Denise Neumann de Brasília

O Ministério da Aeronáutica (MAer) começou a divulgar, ontem, um boletim periódico que propõe o debate sobre anistia para os militares. A intenção do Ministério é travar uma ampla discussão nos âmbitos interno e externo e, além da divulgação em todas as organizações da forma, será feito um trabalho de esclarecimento especial junto aos constituintes, conforme informou o assessor parlamentar do MAer, tenente-coronel da aviação Pedro Josino Cordeiro, que fez questão de frisar que o documento não é uma posição "contra ou a favor da anistia, mas uma análise dos argumentos utilizados pelos que pleiteiam a anistia".

No texto constitucional, três tópicos são abordados como direito a ser reconhecido aos anistiados: a promoção, a reintegração e o ressarcimento. O documento do MAer se detém em cada um destes itens e esclarece a pretensão dos anistiados e o argumento que utilizam e os analisa à luz do Direito, da realidade e do que já foi concedido. No final, faz uma conclusão a respeito de cada um.

Com relação à promoção, o documento afirma que "as alegações até então apresentadas não resistem a uma análise objetiva porque as premissas básicas que sustentam o raciocínio são falsas".

Essas premissas são a perspectiva final de carreira que a ativa é a de coronel e não de oficial-general, como é pleiteada no anteprojeto. Conclui, então, o documento, que "do ponto de vista da pretensão à promoção, não há o que conceder".

Com relação à reintegração, a colaboração do MAer discute se a volta convém ao indivíduo e à instituição, por permitir a ocupação de um cargo por um oficial mal preparado. Uma volta nestas condições não teria como evitar "a desmoralização da autoridade e a quebra da hierarquia", segundo o texto.

O ressarcimento, no entender do MAer, já está contemplado na Lei 6.683 (da anistia) e a Emenda Complementar nº 26, de 1985, que permitiram "que se efetuassem todas as promoções possíveis e, em seguida, se ajustassem os vencimentos a essas novas situações".

O documento ainda avalia que a proposta da anistia procura duas coisas: o recebimento de alta soma em dinheiro, por meio do pagamento dos atrasados (cuja quantificação é qualificada de "praticamente impossível") e o julgamento do ato revolucionário de cassação, negando sua justiça ou legalidade.

No final, como complemento, o documento informa que 487 oficiais do MAer foram punidos a partir de 64 e que todos foram atingidos pela lei da anistia.